



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682692 - RS (2021/0234334-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RONALDO BUENO DO AMARAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO BUENO DO AMARAL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravado de Execução Penal nº 5093206-75.2020.8.21.7000/RS).

O paciente teve o pedido de trabalho externo deferido pelo Juízo das Execuções. Interposto agravo pelo Ministério Público, o recurso foi provido para revogar a decisão recorrida.

A impetrante sustenta que haveria ilegalidade no acórdão ora impugnado, em razão da criação de óbice para o deferimento do benefício, que seria a impossibilidade de o trabalho externo ser realizado em empresa de familiar.

Alega que esta Corte reconhece a possibilidade de o trabalho externo ser realizado em empresa familiar.

Acrescenta que *"há de ser conferida presunção de boa-fé, sendo eventuais inobservância das obrigações decorrentes do cumprimento de pena e do labor externo avaliadas a posteriori, com consequente revogação do benefício."* (e-STJ fl.7)

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão do Tribunal de origem até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que (e-STJ fl. 15):

"De fato, o trabalho externo exercido em empresa de propriedade da companheira do apenado, registrada em sua residência, não se mostra adequado. Isto se dá porque, em sendo sua companheira sua

empregadora e a responsável pela fiscalização, restam altamente prejudicadas os elementos fundamentais do serviço externo já referidos, a saber, a assiduidade, o cumprimento de horários e regras, vez que possivelmente o próprio apenado passaria a gerir suas atividades conforme sua conveniência, sem qualquer espécie de supervisão, comprometendo a rigidez inerente ao serviço externo e seu propósito fim, bem como afastando ideia de cumprimento de pena. Desta forma, constata-se a impropriedade do serviço externo concedido ao apenado, uma vez que muito supostamente referida proposta constitui uma simulação, já que sua companheira é sua contratante."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência